

Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Segurança Pública¹

Zil Miranda

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Trabalhou no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e no Observatório da Inovação e Competitividade (OIC/USP). Atualmente, é Técnica em Ciência, Tecnologia e Inovação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). É autora do livro: “O Voo da Embraer: a competitividade brasileira na indústria de alta tecnologia” (2007).

 Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - Brasília- DF- Brasil

 imiranda@cgee.org.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar um pequeno balanço das iniciativas recentes do governo brasileiro de apoio ao desenvolvimento industrial, científico e tecnológico no campo da segurança pública. É notório que essa área ganhou visibilidade nos anos mais recentes, sendo que as ações conduzidas pelo Ministério da Justiça contribuíram de modo decisivo para tanto. Essa maior exposição, contudo, não permitiu ou não foi suficiente para que o tema da segurança passasse a orbitar efetivamente entre as áreas focais das políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) do governo federal. Todavia, o dado positivo é que há condições para uma atuação mais incisiva nessa direção, uma vez que a preocupação com a política industrial, articulada com a de ciência e tecnologia, tem lugar na agenda do governo, assim como tem espaço garantido o problema com as questões da segurança pública.

Palavras-Chave

Ciência; Tecnologia; Agências de Fomento; Segurança Pública.

Atualmente, há amplo consenso de que inovação é um ingrediente-chave para o crescimento e desenvolvimento econômico e social das nações (OCDE, 2000; MCT, 2010a). A competitividade de empresas e países, a geração de mais e melhores empregos e os avanços nas áreas sociais são alguns dos aspectos relacionados à capacidade inovadora das sociedades. Não por acaso, economias avançadas, como Estados Unidos e Japão, colocaram a busca sistemática da inovação no centro de suas preocupações estratégicas e investem pesadamente na criação ou no fortalecimento de estruturas de apoio à atividade inovativa (AR-BIX et al., 2010).

No Brasil, desde o final da década de 1990, e mais intensamente a partir do lançamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em 2003, é possível identificar uma série de iniciativas voltadas à criação de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento científico e, sobretudo, à inovação no país. São exemplos a aprovação da Lei de Inovação, visando fortalecer a cooperação entre academia e setor privado, e a “Lei do Bem”, que, entre outras facilidades, assegurou o repasse de subsídios não reembolsáveis (isto é, crédito público a fundo perdido) às empresas dos diferentes setores. A esses avanços no marco regulatório soma-se a maior oferta de incentivos no âmbito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), principal órgão de

fomento ao desenvolvimento tecnológico e à inovação do país, assim como do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que passou a contar com linhas específicas de apoio à inovação nas empresas.

Esta Nota Técnica procura verificar o espaço conferido à área de segurança pública no conjunto dessas iniciativas recentes do Estado (no plano federal e em alguma medida também na esfera estadual) de promoção das atividades de ciência, tecnologia e inovação. O interesse é levantar medidas e ações mais diretamente relacionadas ao fomento da atividade econômica do setor, como seria o caso do apoio à produção de tecnologias inovadoras para diagnósticos de crimes diversos, armas menos letais de proteção, equipamentos de monitoramento, etc. Essencialmente, a discussão proposta é baseada, de um lado, em conversas com representantes de órgãos públicos e profissionais relacionados com o tema e, de outro, em material reunido sobre os editais públicos de apoio a projetos inovadores e estudos no campo da segurança lançados pela Finep, pelo BNDES, pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), pelo Ministério da Justiça e pelas Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Pode-se adiantar que os dados levantados indicam que a área de segurança pública ganhou visibilidade na última década, com au-

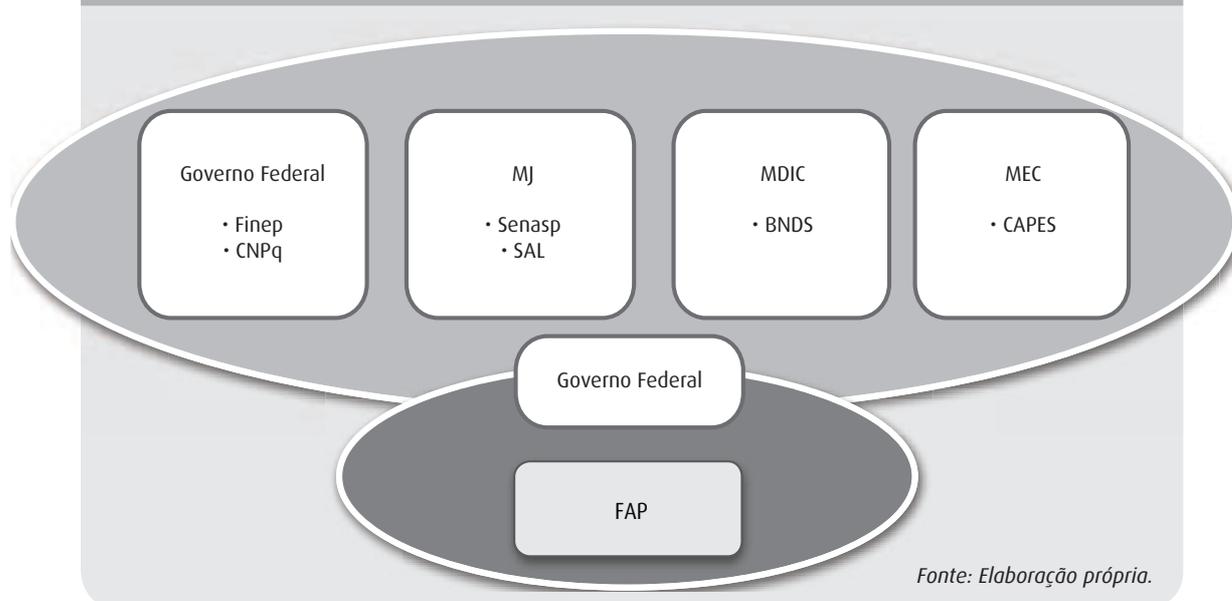
mento da produção de estudos voltados a essa temática e consolidação de uma rede de pesquisa, especialmente no campo das ciências humanas. Mas, em que pese esses avanços, a maior exposição da temática da segurança pública não lhe garantiu lugar entre as áreas focais das políticas de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) do governo federal. A articulação entre essas duas esferas ainda se revela incipiente.

Política de apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação na área de segurança pública

A rede de instituições de apoio à ciência, tecnologia e inovação em segurança pública no Brasil estrutura-se em torno da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Justiça – particularmente via Secretaria Nacional de Segurança Pública –, do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento

de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, conforme ilustrado na Figura 1. A Finep, na condição de “agência de inovação” do país, exerce um papel de centralidade nessa arquitetura, posto que diversos programas em CT&I pressupõem algum tipo de parceria com essa instituição. O apoio a projetos com foco no desenvolvimento tecnológico e inovação em segurança pública é oferecido especialmente pela Finep e, em alguns casos, também pelas FAP, enquanto as demais instituições ocupam-se em larga medida de fomentar estudos que podem subsidiar o trabalho de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Sem delimitar as competências específicas de cada uma, essas instituições são relacionadas no Plano Nacional de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (Pacti) como responsáveis pela execução das atividades concernentes à área de segurança pública.

Figura 1 - Agências de Fomento à CT&I em Segurança Pública



Fonte: Elaboração própria.

Em grandes linhas, o Plano Nacional de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação – Pacti 2007-2010 – definiu como meta criar condições para que as empresas brasileiras acelerassem a geração e absorção de inovações tecnológicas, tendo sido estabelecidas quatro vertentes prioritárias para ação:

- expansão e consolidação do sistema nacional de CT&I;
- promoção da inovação tecnológica nas empresas;
- fortalecimento das atividades de pesquisa e inovação em áreas estratégicas;
- popularização e aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como difusão de tecnologias para a inclusão e o desenvolvimento social.

No que diz respeito às áreas estratégicas em pesquisa e inovação (terceira vertente), a segurança pública figurava entre as áreas selecionadas, cujo foco seria “promover o desenvolvimento e a integração do Sistema Nacional de CT&I com as instituições que atuam na área da segurança pública, objetivando a utilização de técnicas modernas no combate à criminalidade” (MCT, 2007). Para atender a tal objetivo, foi destacada a necessidade de uma atuação conjunta com o Ministério da Justiça (MJ), assim como com outros atores ligados a campos de interesse da segurança pública e justiça criminal. O documento elencou ainda cinco correntes de ação para o alcance do referido objetivo geral:

- promover a pesquisa, desenvolvimento e inovação em Instituições Científicas e Tecnológicas voltadas para segurança pública;
- desenvolver tecnologias de investigação, perícia e análise criminal;

- apoiar a formação, qualificação e fixação de recursos humanos, assim como a consolidação de redes de estudos e pesquisas sobre segurança pública e justiça criminal (na linha de avaliação e monitoramento das políticas públicas e mapeamento da violência e criminalidade, por exemplo);
- estimular o intercâmbio de conhecimento na área;
- fomentar, na indústria nacional, a realização de inovação tecnológica de materiais e serviços com aplicação na área de segurança.

Entre as cinco atividades, o texto de balanço dos principais resultados alcançados pelo programa ressalta os projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e capacitação de pessoal relacionados às ciências forenses (MCT, 2010a).² Os avanços conquistados nesse campo indicam que foi dada continuidade ao Programa de Ciência e Tecnologia Aplicada na Segurança Pública, elaborado, em 2004, no Instituto Nacional de Criminalística (INC) da Polícia Federal e patrocinado pelo MJ e MCTI, cuja finalidade seria apoiar a estruturação de uma rede de laboratórios nas diferentes regiões do país dedicados à formação/capacitação de profissionais e ao desenvolvimento de tecnologias e metodologias relacionadas à perícia forense (MJ, 2004).

Atualmente, o programa conta com mais de 20 frentes de trabalho na área de pesquisas forenses, sendo algumas delas desenvolvidas com o apoio da Finep e nas quais está previsto um aporte em torno de R\$ 4,5 milhões de investimento (FINEP, 2011a; 2011b). Conforme apontado pelo diretor técnico-científico da Polícia Federal,³ a instituição (PF) dispõe hoje de

**Quadro 1 - Projetos em andamento da Polícia Federal
Brasil – 2011**

Responsável	Projeto em andamento	Órgão parceiro
APBAL ¹	Descrever as características morfofenéticas de diamantes de várias regiões do Brasil	Finep
APBAL ¹	Criar um banco de dados com as características individualizadoras de armas criminais	Ministério da Justiça
SEPCONT ²	Sistema de transmissão de dados bancários via web (Simba)	Procuradoria Geral da União
SEPCONT ²	Sistema de transmissão de dados fiscais eletronicamente (Sifisco)	Procuradoria Geral da União
SEPINF ³	Metodologia de análise e correlação de evidências eletrônicas	Finep
SEPINF ³	Mestrado em Engenharia Elétrica, com ênfase em informática forense	Ministério da Justiça
SEPLAB ⁴	Analisar cocaína e outras drogas no esgoto do Distrito Federal	Universidade de Brasília
SEPLAB ⁴	Criar um banco de dados com análise detalhada de drogas para identificação da procedência e correlação entre amostras a fim de levantar as rotas de tráfico – projeto Pequi (Perfil Químico de Drogas)	Finep
APMA ⁵	Adotar geotecnologias e processamentos de imagens para apoio à investigação e à perícia criminal	Finep
APMA ⁵	Desenvolver metodologias, ensaios, testes e treinamento de pessoal na procura de objetos enterrados (metálicos e não metálicos, ossos, corpos, etc.) em campo real e em terreno simulado	Finep
DITEC ⁶	Desenvolver metodologia de projetos customizados para a realidade das ciências forenses no âmbito da Ditec/DPF e sua disseminação entre institutos de criminalística e órgãos de perícia estaduais	Ministério da Justiça

¹ Área de Perícias de Balística Forense; ² Serviço de Perícias Contábeis e Econômicas; ³ Serviço de Perícias de Informática; ⁴ Serviço de Perícias de Laboratório e de Balística; ⁵ Área de Perícias de Crimes Ambientais; ⁶ Diretoria Técnico-Científica.

Fonte: Polícia Federal, 2011.

um sistema de pesquisa em temas estratégicos (especialmente criminalística) que determina os campos preferenciais para a pesquisa aplicada e conta, para a execução desses trabalhos, com o apoio financeiro (muitas vezes para a compra de equipamentos importados) de instituições como a Finep, o MJ, a Procuradoria Geral da República, entre outros órgãos. O Quadro 1 lista alguns projetos desenvolvidos pela Polícia Federal no âmbito das pesquisas forenses.

Mas com exceção desse programa, que contou com a importante iniciativa da Polícia Federal para apontar as áreas de seu interesse e para o melhor desempenho de suas atividades, não se observa uma política sistematizada para o segmento da segurança pública que defina tecnologias e produtos cujo desenvolvimento e produção no Brasil sejam prioritários.

Com efeito, nas conversas realizadas ao longo dessa pesquisa com profissionais de algum modo relacionados ao tema da segurança, houve consenso de que existem mecanismos de apoio a projetos nesse campo, contudo, tais instrumentos não encontram lastro em uma estratégia bem delineada de promoção das atividades econômicas relacionadas à segurança pública.

No caso da Finep, desde 2006 a entidade lança editais nas áreas estratégicas para a instituição. Segundo é possível observar nos editais de subvenção econômica de 2006 a 2010, a área de segurança pública foi destacada na maioria das vezes (apenas no edital de 2008 não se fez referência explícita ao segmento). Mas, apesar de a menção à área ser um dado relevante, isso não significa que esta seja objeto de tratamento preferencial. Ao contrário, técnicos da institui-

ção reconhecem que o debate sobre segurança pública ainda é pouco desenvolvido na Finep, além de ser subordinado às questões da defesa nacional, área que tradicionalmente atrai maior atenção e mobiliza mais recursos na agenda da instituição.⁴ Apesar dessa avaliação, foi destacado que uma ação mais articulada com outros atores relacionados à área de segurança seria bem-vinda no interior da Finep, pois permitiria à instituição um conhecimento maior do setor e uma atuação mais efetiva junto às empresas para promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

O Quadro 2 traz as passagens que remetem ao setor de segurança pública nos editais lançados pela Finep entre 2006 e 2010.

De acordo com o balanço realizado pela Finep e tendo como parâmetro o período mais extenso de 2002 a 2010, a instituição financiou ao todo 53 projetos na área de segurança pública, que mobilizaram aproximadamente R\$ 77 milhões. Os projetos selecionados a partir das chamadas públicas constituíram maioria (51), sendo que apenas dois derivaram de demandas espontâneas dos proponentes.

Esses projetos podem ser separados em dois grupos. No primeiro, como se vê no Quadro 3, estão aqueles focados no desenvolvimento tecnológico: são 34 do total, que respondem por cerca de R\$ 73 milhões dos investimentos e se concentram no segmento de tecnologias da informação e comunicação, predominando o desenvolvimento de *softwares* para treinamento e identificação, radares e antenas. A fabricação de outros produtos do aparato policial, como armas leves e coletes balísticos, por exemplo, não é mencionada.

Quadro 2 - Linhas estratégicas selecionadas nos editais de subvenção econômica da Finep 2006-2010

Ano do Edital	Área associada à segurança pública	Tema específico
2006	Área 2.1.2: Aplicações Mobilizadoras e Estratégicas	Sistemas aplicados à segurança pública: identificação automática de pessoas, individualmente e em movimento, reconhecimento de imagens e padrões; sistemas de captação, armazenamento, recuperação e identificação de dados biométricos; bloqueio de comunicações móveis em presídios e outros locais; detecção de objetos perigosos como armas, bombas e outros.
2007	Área 3: Inovações em Programas Estratégicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de tecnologias de identificação humana para as áreas de Segurança Pública e Defesa Nacional. 2. Desenvolvimento de robôs para detecção, manuseio e desativação de artefatos suspeitos e cargas perigosas. 3. Desenvolvimento de tecnologias de monitoramento, controle, interceptação e bloqueio de comunicações, imagens e sinais para as áreas de Segurança Pública e Defesa Nacional.
2008	Área 4: Programas Estratégicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento, integração e implantação de sistemas de posicionamento georreferenciado; navegação; controle e guiamento, incluindo simuladores; e propulsão de artefatos. 2. Desenvolvimento de materiais emissores de elétrons, de materiais de alta densidade energética e de processos industriais para fabricação de peças e sistemas estruturais utilizando materiais compostos, fibras de carbono, semicompósitos e cerâmicas. 3. Desenvolvimento de tecnologias e artefatos de detecção de ondas eletromagnéticas; monitoramento, controle, interceptação e bloqueio de comunicações, imagens e sinais.
2009	Área 4 : Defesa Nacional e Segurança Pública	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de armas não-letais; desenvolvimento de sistemas estratégicos de informação, armas, e inteligência de máquina e robótica; desenvolvimento de sistemas de posicionamento, navegação, controle, guiamento e propulsão (incluindo artefatos espaciais). 2. Desenvolvimento de tecnologia de materiais emissores de elétrons, de materiais de alta densidade energética e de processos industriais para fabricação de propelentes sólidos, peças e sistemas estruturais utilizando materiais compostos, fibras de carbono, semicompósitos e cerâmicas, e de materiais para blindagem. 3. Desenvolvimento de tecnologias e artefatos de emissão e detecção de ondas eletromagnéticas; monitoramento, controle, interceptação e bloqueio de comunicações, imagens e sinais.
2010	Área 1: Tecnologia da Informação e Comunicação	Desenvolvimento de dispositivos, equipamentos ou sistemas inovadores para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, claramente capazes de alavancar a empresa para o mercado externo, nas áreas de segurança pública, mobilidade urbana e governo eletrônico.

Fonte: Finep. Elaboração própria.

Quadro 3 - Projetos na área de segurança pública com foco no desenvolvimento tecnológico apoiados pela Finep 2002-2010

Responsável/ Estado	Projeto contratado
Instituto Atlântico (CE)	Veículo tático leve de reconhecimento, blindado
Genius Instituto de Tecnologia (AM)	Criptografia para sistemas de comunicações táticas
Photonita Ltda. (SC)	Sistema Óptico 3D para Identificação Balística
Ivia Serviços de Informática Ltda. (CE)	Desenvolvimento de <i>software</i> de suporte à decisão baseado em simulação para apoio ao policiamento preventivo em centros urbanos
Cientistas Associados Ltda. (SP)	Sistema avançado para treinamento armado para agentes de segurança
Brapenta Eletrônica Ltda. (SP)	Sistemas de inspeção por raio X e inovação de equipamentos para alimentos seguros
Suntech Software Solutions (SC)	Sistema de identificação de padrões de comunicação e identidade digital para suporte à inteligência investigativa e segurança pública
CSP Controle e Automação Ltda. (SC)	Controle dinâmico de imagem em câmera digital de alta resolução
Griaule Biometrics Ltda. (SP)	Pesquisa e aperfeiçoamento de métodos de reconhecimento biométrico
Gene-Núcleo de Genética Médica de Minas Gerais Ltda. (MG)	Metodologia inovadora para identificação genética pelo DNA no Brasil
Fotosensores Tecnologia Eletrônica (CE)	Desenvolvimento de um sistema de governança eletrônica em incidentes de trânsito e logística
M.I. Montreal Informática Ltda. (RJ)	Desenvolvimento de reconhecimento facial para uso em sistemas de identificação civil, criminal e penitenciária
TSM – Telecomunicações do Brasil Ltda. (RS)	Antenas de banda larga e sistemas interferidores de radiofrequência para uso na Defesa Nacional e Segurança Pública
Orbisat da Amazônia S.A. (AM)	Radar de imagens SAR nas bandas X e P e <i>down-link</i> para UAVs
Rede de Informática Ltda. (PA)	Suporte ao planejamento estratégico de segurança pública da PM-PA com técnicas de mineração e visualização de informações em mapas
Ares – Aeroespacial e Defesa Ltda. (RJ)	Desenvolvimento de dispositivo autônomo de neutralização de explosivos
Fundação CPQD (SP)	Antenas adaptativas e módulos de radiofrequência para redes sem fio banda larga aplicadas à segurança pública
Digitro Tecnologia Ltda. (SC)	Evolução tecnológica e adequação ao mercado de inteligência em TI e Telecom

Continua >

Fonte: Finep. Elaboração própria.

Quadro 3 - Projetos na área de segurança pública com foco no desenvolvimento tecnológico apoiados pela Finep 2002-2010

Responsável/ Estado	Projeto contratado
Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (SC)	Desenvolvimento e implementação de uma estrutura para suportar sistemas e serviços baseados em localização para o mercado de telecomunicações móveis
Fundação CPqD (SP)	P&D de mecanismos de segurança, gerenciamento, planejamento e qualidade de serviço da rede de dados, voz e vídeo dos órgãos no Ministério da Justiça
Universidade de Fortaleza (CE)	Mineração de dados em <i>grid</i> nas bases do Infoseg
Universidade Federal do Pará (PA)	Implantação, na Universidade Federal do Pará, de um laboratório de referência em genética forense para toda a Região Norte
Universidade de Alagoas (AL)	Implantação, na Universidade Federal de Alagoas, de um laboratório de referência em genética forense para toda a Região Nordeste
Instituto Militar de Engenharia (RJ)	Análise de implantes ortopédicos
Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ)	Projeto de recuperação de informações de segurança, monitoramento e avaliação
Comando do Exército (RJ)	Desenvolvimento da tecnologia de monóculos de imagem térmica
Instituto de Aeronáutica e Espaço (SP)	Materiais resistentes ao impacto balístico
Ares – Aeroespacial e Defesa Ltda. (RJ)	Controle remoto de tiro para veículos e lanchas
Inmetro (RJ)	Uso de microscopia eletrônica e química analítica em áreas prioritárias com aplicação em segurança pública
Ministério da Justiça – Diretoria Técnico-Científica (Detec/DF)	Programa C & T para segurança pública
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RN)	Desenvolvimento de metodologias para construção de protótipos e técnicas de <i>payload</i> de veículos aéreos não tripulados.
Faculdades Católicas (RJ)	Fotodetectores para o infravermelho médio com aplicações na área de Defesa.
Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ)	Sala de situação de estudos, vigilância e inteligência de natureza criminal e informações analíticas de segurança pública

Fonte: Finep. Elaboração própria.

O segundo grupo de projetos em segurança pública encontrado na carteira da Finep (Quadro 4) é identificado aqui como tendo maior vocação social, por se tratar de projetos visando a organização de eventos (seminários,

simpósios), capacitação de pessoal, pesquisas sobre o tema da violência, entre outros. Foram apoiados 19 projetos de natureza social, que absorveram aproximadamente R\$ 4 milhões em recursos.

Quadro 4 - Projetos na área de segurança pública com foco no desenvolvimento social apoiados pela Finep 2002-2010

Responsável/Estado	Projeto
Associação Nacional dos Peritos Criminais do Departamento da Polícia Federal	II Seminário de Perícias de Crimes Ambientais
Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Rio de Janeiro	Geração Hip-Hop
Sociedade Campineira de Educação e Instrução	Seminário internacional: Crime Organizado e Direitos Humanos
Casa da Árvore S/C	Metodologia Inovadora para Prevenção à Violência e Promoção de Saúde Mental em Comunidades no Rio de Janeiro
Centro Ativo de Programas Sociais	Semeando Tecnologia Digital
Universidade Federal de São Paulo	As Interfaces da Violência
Sociedade Brasileira de Microscopia e Microanálise	I Simpósio Brasileiro de Microscopia Aplicada às Ciências Forenses
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso	Ciclo de Eventos em Mato Grosso
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Violência Urbana, Polícias Militares Estaduais e Políticas Públicas de Segurança
Fundação Universitária José Bonifácio	Diagnóstico das Mudanças em Curso nas Guardas Municipais no Brasil
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	Avaliação de Programas Públicos de Prevenção a Criminalidade do Estado de Minas Gerais
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Juventude e Violência no Rio de Janeiro
Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão	Laboratório de Estudos da Violência e Segurança: criação de um centro interdisciplinar de estudos da violência, segurança e qualidade de vida da Unesp
Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF	Segurança Pública e Violência Urbana: a descentralização de formas institucionais de administração de conflitos
Fundação de Amparo de Desenvolvimento da Pesquisa	Violência, Espaço Público e Dependência Social na Amazônia Oriental
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva	Desigualdade e Violência: Determinantes, Simbolismos e Processos Sociais
Fundação de Apoio à Pesquisa	Violência Urbana no Estado de Goiás
Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo	A produção da violência nos serviços de saúde e segurança pública
Sociedade Goiana de Cultura/Universidade Católica de Goiás	Invertendo a Rota: Etapa: ações de proteção aos direitos de adolescentes em situação de exploração sexual

Fonte: Finep. Elaboração própria.

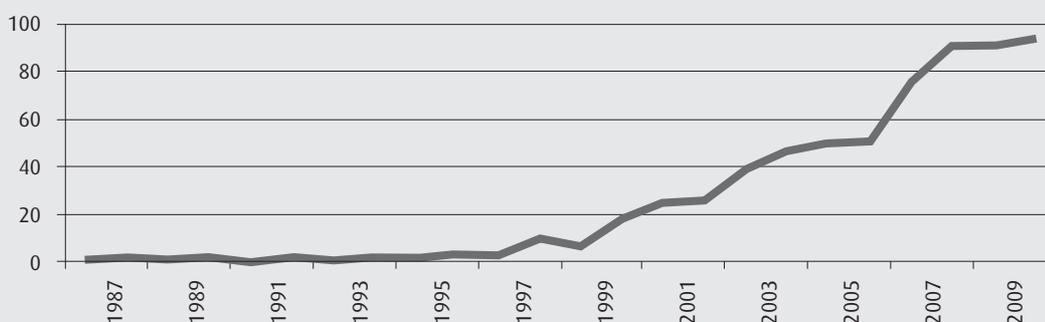
A atuação do BNDES, por sua vez, tem se mostrado mais tímida, posto que em suas linhas especiais de suporte às empresas não é feita alusão às atividades vinculadas à questão da segurança. Entretanto, esse quadro pode apresentar novidades em breve, já que começa a crescer dentro do Banco o interesse pelo setor. A área de Inclusão Social, segundo informado por um de seus analistas,⁵ está se preparando para oferecer um atendimento mais focado na realidade da segurança. Grosso modo, o BNDES busca se capacitar no sentido de conhecer melhor as características do setor de segurança pública no Brasil, a fim de avaliar com mais discernimento os projetos submetidos à apreciação do Banco, particularmente aqueles centrados no investimento público de apoio ao combate à violência e ao crime, como poderia ser classificado o Disque Denúncia, que tem recebido o apoio da Finep.⁶ Em outras palavras, o BNDES pretende aprofundar o debate sobre segurança pública e exercer papel mais ativo nessa área, mas, nesse caso, menos no que concerne ao apoio ao desenvolvimento tecnológico nas empresas e mais no suporte a iniciativas de políticas propostas por organiza-

ções sociais ou órgãos do governo. É bastante provável que esse interesse guarde relação com os eventos esportivos que o Brasil sediará nos próximos anos, já que o Banco é o principal braço do governo para o fomento de obras de infraestrutura e afins.

Ainda sob a perspectiva das agências nacionais de fomento, é importante mencionar o CNPq. Uma de suas modalidades de atuação são as chamadas públicas (editais), mediante as quais é oferecido apoio ao desenvolvimento de tecnologias específicas. Considerando os editais de 2002 a 2011, no entanto, percebe-se que a área de segurança pública não integrou a pauta especial do órgão, já que não foram realizadas chamadas específicas a exemplo do que ocorreu em áreas como biodiversidade, genética clínica, flora, saúde e sustentabilidade do semiárido.

Mas a importância do CNPq, assim como da Capes, concentra-se nas atividades de formação de recursos humanos e de disseminação de conhecimento. Na última década, cresceu o número de estudos em segurança. O levanta-

**Gráfico 1 - Teses e dissertações na área de segurança pública
Brasil - 1987-2009**



Fonte: Banco de Teses da Capes. Elaboração: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

tamento no Banco de Teses e Dissertações da Capes, compreendendo o período de 1987 a 2010, identifica 644 estudos de mestrado, mestrado profissionalizante e doutorado, dos quais 539 realizados entre 2003 e 2009 (Gráfico 1), sendo que vários deles possivelmente foram produzidos com apoio de uma dessas agências.⁷

A tendência de aumento dos estudos no campo da segurança se repete no caso dos grupos de pesquisa criados nas instituições de ensino superior, sugerindo algum grau de sintonia entre as ações do governo federal e a produção científica. Segundo o Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, foram encontrados 37 cadastros de grupos que informavam possuir pelo menos uma linha de pesquisa dedicada especificamente ao tema da segurança pública, 70% deles constituídos entre 2003 e 2011.⁸ Esses grupos pertenciam quase que em sua totalidade às Humanidades (como Sociologia, História, Economia, Psicologia, Direito, Administração); apenas um grupo tinha raízes na Engenharia.

O aspecto positivo do acúmulo de estudos nas Ciências Sociais e Aplicadas é ter contribuído para consolidar o campo de estudos sobre segurança pública, especialmente o debate acerca das políticas para o setor (LIMA et al., 2008). De fato, a comunidade acadêmica se aproximou dos problemas sociais, como violência e criminalidade urbana, colocando na agenda temas como justiça criminal, papel desempenhado pelo Estado na prevenção e combate aos atos de crime e violência. Como decorrência desse maior conhecimento sobre a realidade social, o debate em torno das ques-

tões que envolvem a segurança pública avançou, ajudando inclusive na superação de velhas crenças, como a vinculação automática da violência à pobreza.

Sob o aspecto da formação de quadros, vale lembrar a criação dos cursos de graduação tecnológica em Segurança Pública, Serviços Penais e Segurança do Trânsito que entraram para o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia a partir de 2010 (CAPES, 2010), à qual se soma a institucionalização da oferta de Mestrado Profissional em Segurança Pública e Justiça Criminal. Expandir as oportunidades de acesso à pós-graduação nessa área foi o objetivo da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), liderada pelo Ministério da Justiça, por intermédio da qual são transferidos recursos para as instituições de ensino que se dispõem a organizar cursos nessa disciplina tendo como público-alvo profissionais ligados a área da segurança.

É forçoso reconhecer que as ações promovidas pelo Ministério da Justiça, na última década, foram decisivas para os rumos que a área da segurança passou a seguir. O movimento do MJ para elevar o *status* político da área de segurança teve início na gestão Fernando Henrique e aprofundou-se no governo Lula. Em 2003, mediante a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), o MJ reconheceu que havia uma carência de informações qualitativas e análises consistentes sobre o cenário da segurança no país e que isso era um entrave à promoção da reestruturação institucional e elaboração e execução de políticas de combate à violência e à criminalidade. A fim de preencher essa lacuna, a Senasp lançou um edital

com as áreas prioritárias para investimentos em pesquisa – o Programa de Pesquisas Aplicadas destinou cerca de R\$ 4,5 milhões para a execução de projetos de pesquisa em segurança e justiça criminal.⁹ Mais do que reunir uma série de estudos sobre temas de interesse público, o objetivo dessa iniciativa foi municiar os agentes com diagnósticos que orientassem efetivamente o processo de tomada de decisão. Simultaneamente, investimentos foram realizados também na reestruturação do ambiente tecnológico, particularmente no Sistema Integração Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança (Infoseg), a fim de viabilizar a consolidação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Nos anos mais recentes, o Ministério da Justiça realizou dois outros concursos. O primeiro refere-se ao Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, lançado em 2011, dentro do projeto Segurança Cidadão assinado pela Senasp e PNUD. Entre os objetivos do programa está justamente o fortalecimento do diálogo entre os atores acadêmicos e o governo – mais precisamente a Senasp –, de modo a qualificar a Secretaria para o trabalho de formulação de políticas públicas.

O segundo projeto, denominado Pensando o Direito, se insere no Projeto de Democratização de Informações no Processo de Elaboração Normativa, de responsabilidade da Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL) e do PNUD. Assim como o projeto anterior, esse tem como meta aproximar a Secretaria dos agentes acadêmicos, visando melhorar a capacidade de definição e aplicação de políticas públicas mais efetivas. Neste caso, o programa guarda uma

história mais longa, que começou em 2007, e graças aos resultados bem-sucedidos alcançados desde a sua primeira versão está sendo realizada a quarta edição do concurso.

Por último, é imprescindível mencionar as Fundações de Amparo à Pesquisa, entre as quais se destacam as dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, respectivamente Fapesp, Faperj e Fapemig¹⁰. Essencialmente, foi pesquisada a existência de linhas de apoio específicas para a área de segurança pública a partir das páginas da Internet de cada uma dessas entidades. Por esse critério, o levantamento sugere que a Faperj apresenta o desempenho mais ativo, pois, diferentemente das duas outras Fundações, a Faperj já divulgou mais de um edital em que essa área está entre uma das prioritárias para a instituição.¹¹ O balanço realizado entre 2002 e 2010 mostra que a Faperj inaugurou essa prática em 2007, tendo lançado em 2008 um edital exclusivo para pesquisas em segurança; no edital de 2010, por exemplo, uma empresa foi contemplada com um projeto para o desenvolvimento das armas não letais conhecidas como *tasers*. O Quadro 5 traz a relação dos editais com os temas priorizados.

Essas iniciativas demonstram, portanto, que existem canais de apoio ao desenvolvimento tecnológico na área de segurança pública, mesmo que não alinhados a um projeto nacional estruturante que estabeleça programas de pesquisa, produtos e tecnologias prioritárias. Segundo foi possível avaliar a partir das entrevistas e nos documentos pesquisados, não existe hoje um diagnóstico sobre o estado da arte da área de segurança pública que aponte suas principais demandas, domínios em que o

Quadro 5 - Temas priorizados nos editais de apoio à pesquisa da Faperj 2002-2010

Edital/ Objetivo	Temas priorizados	Valor (R\$)
Edital 17/2007 - Obj.: Apoio à inovação tecnológica no Estado do RJ	Aeroespacial, agropecuária, biocombustíveis, biodiversidade, biotecnologia, energias alternativas, energia nuclear, nanotecnologia, naval, petróleo e gás, robótica, saúde, <u>segurança pública</u> e defesa, siderurgia, tecnologias da informação, tecnologias de comunicação, TV digital, e outras.	8.000.000,00
Edital 14/2008 - Obj.: Apoio à pesquisa em segurança pública	Armas não letais; repressão à criminalidade em locais de alta periculosidade (por exemplo, viaturas blindadas, vidros e outros materiais blindados, veículos aéreos não tripulados, sistemas para visão noturna e longa distância, dispositivos de localização e miras telescópicas para armamentos); sistemas de segurança de presídios, casas de custódia e delegacias; sensores; sistemas de comunicação segura e de interceptação de comunicação; sistemas para proteção individual; vestimentas operacionais para grupos especiais de comando táticos.	3.000.000,00
Edital 15/2008 - Obj.: Apoio à inovação tecnológica no Estado do RJ	Aeroespacial, agropecuária, aquicultura; biocombustíveis, biodiversidade, biotecnologia, <i>design</i> , energias alternativas, energia nuclear, medicina regenerativa, meio ambiente, nanotecnologia, naval, petróleo e gás, robótica, rochas ornamentais, saúde, <u>segurança pública</u> e defesa, siderurgia, tecnologias da informação, tecnologias de comunicação, TV digital e outras.	8.000.000,00
Edital 11/2009 - Obj.: Apoio à inovação tecnológica no Estado do RJ	Aeroespacial, agropecuária, aquicultura; biocombustíveis, biodiversidade, biotecnologia, <i>design</i> , energias alternativas, energia nuclear, medicina regenerativa, meio ambiente, nanotecnologia, naval, petróleo e gás, robótica, rochas ornamentais, saúde, <u>segurança pública</u> e defesa, siderurgia, tecnologias da informação, tecnologias de comunicação, TV digital e outras.	8.000.000,00
Edital 2010 - Obj.: Apoio à inovação tecnológica no Estado do RJ	Controle interno, externo e social das atividades policiais; desenvolvimento de plataforma de vídeo-monitoramento para gerenciamento, reconhecimento facial e análise de vídeos; desenvolvimento de tecnologia de blindagem (coletes, veículos, cabines e edificações); ensino nas Polícias Civil e Militar: reestruturação do modelo de gestão; formação preventivista; capacitação à distância; etnografia urbana e avaliação dos índices de criminalidade por áreas delinquentes; monitoramento e avaliação da Delegacia Legal; participação social: policiamento orientado aos problemas; construção de novos paradigmas para a segurança pública; processo de comunicação entre os órgãos que integram o sistema de segurança pública e justiça criminal; Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs: monitoramento e avaliação do modelo implantado; consolidação desta nova política de segurança.	10.000.000,00

* Obs.: recursos alocados em todos os temas priorizados no edital.

Fonte: Faperj. Elaboração própria.

Brasil acumula vantagens competitivas e onde se concentram seus maiores gargalos.

Em certa medida, essa dificuldade em realizar levantamentos sobre o universo da segurança em seu conjunto tem sido contornada mediante o estudo de setores específicos, em que algumas iniciativas procuraram mapear nichos onde o Brasil poderia investir nos próximos anos. Uma delas é o estudo coordenado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI, 2010), que traz oportunidades de negócios no setor de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). De acordo com o estudo, as TICs com aplicação na segurança pública atravessam diversos campos: biometria; vídeo-monitoramento e câmeras inteligentes; conexão ultrassegura; sistemas de monitoramento e bloqueio de sinais; *software* de inteligência; redes integradas de telecomunicações; sistemas avançados de bancos de dados; sistema de detecção e reconhecimento de padrões de vídeo; e dispositivos RFID. Alguns exemplos concretos de serviços que derivam dessas tecnologias e que poderiam ser explorados pelo Brasil são: sistemas para identificação automática de pessoas e reconhecimento de imagens e padrões; sistemas de captação e armazenamento de dados biométricos, bloqueios de comunicações móveis (celulares em presídios) e detecção de objetos perigosos, como armas e bombas. Em suma, o estudo procura mostrar que as TICs constituem um segmento econômico importante e especialmente relevante para as questões relacionadas à segurança, sendo elencada uma série de recomendações acerca de atores, infraestrutura e recursos humanos que podem ser acionados para promover tais serviços no país.

O segundo trabalho que vale a pena ser mencionado foi conduzido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2010). O estudo traça um panorama da situação atual do país no que diz respeito ao desenvolvimento de materiais avançados para uso na área de segurança pública e apresenta uma agenda de pesquisa para os próximos 15 anos, priorizando seis segmentos em que haveria janelas de oportunidades para o Brasil (materiais para blindagem balística, materiais para blindagem eletromagnética, materiais metálicos, materiais compósitos, materiais para sensores avançados, simulação computacional em ciência e engenharia de materiais).

Em resumo, trabalhos dessa natureza devem se multiplicar a fim de explicitar as competências e fragilidades do Brasil, tecnologias e produtos em que há maior dependência em relação ao mercado externo e domínios mais promissores. Se houver o compromisso para uma ação coordenada (que no fundo era pressuposto do Pacti), o Estado será capaz de agir em favor de melhores condições de segurança pública e bem-estar da população e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento tecnológico e econômico local.

Considerações finais

Os dados reunidos nesta Nota Técnica indicam que o Brasil ainda carece de uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação que contemple efetivamente a área de segurança pública. Mas a boa notícia é que, em decorrência de um conjunto de esforços empreendidos pelo governo, com maior intensidade após 2003, pode-se afirmar que há oportunidades para a construção de um projeto nessa direção.

Primeiramente, é preciso considerar que o Brasil vive uma situação especial, com expansão da atividade econômica, retomada das políticas industriais e valorização dos processos de inovação para o crescimento sustentável. De fato, na última década, registrou-se o maior compromisso do governo federal em fomentar o desenvolvimento tecnológico e as atividades inovativas nas empresas do país.

Em segundo lugar, é digno de nota a inclusão do setor de segurança pública entre as áreas prioritárias no plano nacional de ciência e tecnologia (Pacti 2007-2010), o que abre as portas para o efetivo reconhecimento do caráter estratégico desse campo.

Finalmente, também chama a atenção o crescimento do orçamento da União destinado à área de segurança pública (FBSP, 2011), indicando, em alguma medida, que o tema ganhou maior importância na agenda do governo. Em termos práticos, a elevação do aporte de investimentos em segurança implica aumento do poder de compra dos atores dessa área ou mais condições para a contratação de projetos.

Somados, esses fatores resultam em um cenário mais favorável à construção de um de-

bate em torno das oportunidades que podem ser exploradas no campo da segurança pública enquanto área mobilizadora de atividades de P,D&I. Assim, o esforço maior deve se orientar para uma discussão sobre os nichos prioritários para o Brasil, quais produtos devem ser foco de ações específicas, em que segmentos é importante ser mais competitivo e até mesmo disputar posições de liderança global. Um projeto dessa natureza pressupõe reconhecer a área de segurança pública não apenas como um adendo da defesa nacional, mas como uma área com legitimidade própria, dotada de características específicas e com necessidades e oportunidades singulares.

Em síntese, há razões para argumentar em favor de uma postura mais agressiva a fim de elevar o patamar do segmento de segurança pública no país. Acima de tudo, há elementos para crer que se houver um trabalho articulado entre os Ministérios da Justiça (MJ), da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), certamente será possível colher frutos significativos no que concerne ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação em segurança, preocupação elementar nos dias correntes.

1. *O presente artigo foi escrito a partir de nota técnica realizada no âmbito do Termo de Parceria 752962/2010, firmado entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Ministério da Justiça.*
Agradecimentos a todos que, de algum modo, colaboraram para este trabalho, em especial Rodrigo Fonseca, Carlos Adalberto Marques Couto, Alberto Modesto Almeida Rogers, Clênio Guimarães Belluco, Maurício Cardoso Gelete, Roberto dos Reis Alvarez, Lélío Fellows e Pedro Abramovay.
2. *As ciências forenses, ou criminalística, compreendem as análises químicas e genéticas de materiais ou vestígios físicos que constituem evidências de um crime (como resíduos de disparos de armas de fogo, impressões digitais, etc.).*
3. *Entrevista com Clênio Guimarães Belluco.*
4. *Entrevista com Carlos Adalberto Marques Couto e Alberto Modesto Almeida Rogers, respectivamente, Chefe e Analista de Projetos do Departamento de Institutos de Pesquisas em Áreas Estratégicas da Finep.*

5. *Entrevista com Maurício Cardoso Gelete, analista da área de Inclusão Social do BNDES.*
6. *Criado em 1995, o Disque Denúncia é uma central de atendimento telefônico que recebe ligações anônimas sobre atividades criminosas. O serviço é administrado pelo o Instituto Brasileiro de Combate ao Crime (IBCC) e recebeu, em 2006, o primeiro aporte de recursos da Finep, no valor de R\$ 335 mil, para a modernização do seu parque tecnológico; em 2010, foram repassados mais R\$ 744 mil para a sala de situação de estudos (FINEP, 2011c).*
7. *Busca realizada por assunto com a expressão exata “segurança pública” em 11/01/2012.*
8. *Levantamento realizado em 09/10/2011, sendo listados exclusivamente os grupos que continham no nome ou entre suas linhas de pesquisa a expressão “segurança pública”.*
9. *As áreas escolhidas foram: organização e gestão das instituições de segurança pública; gestão do conhecimento e produção de informações criminais; valorização e formação profissional dos operadores do sistema de segurança pública e justiça criminal; estruturação e modernização das instituições penais; programa de prevenção social e situacional; controle externo das organizações de segurança pública e participação social; e programa de redução da violência.*
10. *Do ponto de vista do montante de investimentos, trata-se das três principais FAP do país.*
11. *É preciso informar que a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) também possui uma atuação mais efetiva no segmento da segurança e precede a Faperj nesse campo de trabalho. A aposta na investigação científica para tratar da questão foi inaugurada em 2004, quando foi lançado o primeiro edital para apoio a pesquisas nesse campo do conhecimento, e continuou de forma ininterrupta até 2007. Por meio desses editais, 31 projetos foram aprovados no valor total de R\$ 1,5 milhão. Em 2010 a Fapesb voltou a lançar chamada pública para segurança, com investimentos previstos em R\$ 1 milhão.*

Referências bibliográficas

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. Sistemas Aplicados à Segurança Pública. **Cadernos Temáticos – Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)**. Brasília: ABDI, 2010. Disponível em: <[http://www.abdi.com.br/Estudo/Caderno%20Tem%C3%A1tico%20TIC%20-%203%20\(Vers%C3%A3o%20Final\)-%20Sistemas%20Aplicados%20a%20Seguran%C3%A7a%20Publica.pdf](http://www.abdi.com.br/Estudo/Caderno%20Tem%C3%A1tico%20TIC%20-%203%20(Vers%C3%A3o%20Final)-%20Sistemas%20Aplicados%20a%20Seguran%C3%A7a%20Publica.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2011.

ARBIX, G. et al. **Inovação: estratégias de sete países**. Brasília: ABDI, 2010 (Série Cadernos da Indústria, v. XV).

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior. Mestrados Profissionais em Segurança Pública. **Documento do Workshop Mestrado Profissional em Segurança Pública e Justiça Criminal**, 2010. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/MestrProf_SegurancaPublica.pdf. Acesso em: 22 ago. 2011.

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Materiais avançados no Brasil 2010-2022**. Brasília: CGEE, 2010. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/repositorio/biblioteca_cgee.html>. Acesso em: 27 nov. 2011.

CONFAP – Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa. **Fundações de Amparo à Pesquisa – orçamento executado 2007 a 2009**. 2011. Disponível em: <<http://www.confap.org.br/orcamento2009.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2011.

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. Tecnologia a serviço da investigação. **Revista Inovação em Pauta**, Rio de Janeiro, Edição 5, 2011a. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/imprensa/revista/edicao5/inovacao_em_pauta_5_pag37a42_cienciasforenses.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2011.

_____. Segurança na ordem do dia. **Revista Inovação em Pauta**, Rio de Janeiro, Edição 11, 2011b. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/imprensa/revista/edicao11/inovacao_em_pauta_11_seguranca.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2011.

_____. Inovação em segurança pública é tema do próximo Debate Finep. **Notícias**. Site da Finep, 2011c. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/imprensa/noticia.asp?cod_noticia=2683>. Acesso em: 20 set. 2011.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, Ano 5, 2011. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/node/26939>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

LIMA, R. et al. **Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas duas últimas décadas (1990-2000)**. Relatório de Pesquisa. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/node/13279>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia. Prioridade estratégica III. **Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento nacional**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0021/21593.pdf>. Acesso em: 29 out. 2011.

_____. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2010a.

_____. **Relatório de Gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dos Fundos Setoriais – 2007-2009**. Brasília, 2010b.

_____. **Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação**. Principais resultados e avanços – 2007-2010. Brasília, 2010c. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0214/214525.pdf>. Acesso em: 29 out. 2011.

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Nota Técnica – Evolução do orçamento do MCTI no período de 1995 a 2010**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://sigmct.mct.gov.br/upd_blob/0000/467.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2012.

_____. Brasil: Dispendio nacional em ciência e tecnologia. **Indicadores sobre Recursos Aplicados**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/9058.html>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

MJ – Ministério da Justiça. **Programa de Ciência e Tecnologia Aplicada na Segurança Pública**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.smmm.org.br/arquivos/rede_polvora/ProgramaMJMCT2.pdf>. Acesso em: 02 set. 2011.

_____. **Edital de Pesquisa Pensando a Segurança Pública**. Convocação n. 001/2011 – Seleção de Projetos. Brasília, 2011.

OCDE. **A new economy?** The changing role of innovation and information technology in growth. Paris: OCDE, 2000.

PELOT, R. A nova Finep. **Inovação em pauta**. RJ: Finep, 2011. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/impressao/revista/primeira_edicao/02_A%20nova%20FINEP_Luiz%20Fernandes.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2012.

Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Segurança Pública

Zil Miranda

Resumen

Política de Ciencia, Tecnología e Innovación para la Seguridad Pública

El objetivo de este trabajo es presentar un pequeño balance de las iniciativas recientes del gobierno brasileño de apoyo al desarrollo industrial, científico y tecnológico en el campo de la seguridad pública. Es notorio que esa área ha cobrado visibilidad en los años más recientes, siendo las acciones conducidas por el Ministerio de Justicia las que contribuyeron de modo decisivo para ello. Esa mayor exposición, con todo, no permitió o no fue suficiente para que el tema de la seguridad pasase a orbitar efectivamente entre las áreas centrales de las políticas de ciencia, tecnología e innovación (CT&I) del gobierno federal. Sin embargo, el dato positivo es que existen buenas condiciones para una actuación más incisiva en esa dirección, una vez que la preocupación por la política industrial, articulada con la de ciencia y tecnología, tiene un lugar en la agenda del gobierno, así como tiene un espacio garantizado el problema con las cuestiones de la seguridad pública.

Palabras clave: Ciencia; Tecnología; Agencias de Fomento; Seguridad pública.

Abstract

Scientific, Technological and Innovation Policies for Public Safety

This paper aims to present a summary of recent initiatives by the Brazilian government supporting industrial, scientific and technological development in the realm of public safety. This field has been increasingly more visible in recent years, and the action taken by Brazil's Ministry of Justice has been instrumental in increasing this visibility. Increased visibility has not, however, brought security issues to the full attention of Brazil's federal government's policy makers in the fields in science, technology and innovation. But the outlook is positive: a shift of focus on security may be achieved under the current framework as long as effective action is taken. Public safety, in addition to industrial, scientific and technological policies, is definitely on the government's agenda.

Keywords: Science; Technology; Development Agencies; Public Security.

Data de recebimento: 13/12/2011

Data de aprovação: 01/06/2012